Jornal Oficial

L 198

45.º ano

27 de Julho de 2002

das Comunidades Europeias

Edição em língua portuguesa

Legislação

Índice

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

Regulamento (CE) n.º 1361/2002 do Conselho, de 22 de Julho de 2002, que estabelece concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Lituânia Regulamento (CE) n.º 1362/2002 do Conselho, de 22 de Julho de 2002, que estabelece concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, Regulamento (CE) n.º 1363/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos Regulamento (CE) n.º 1364/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, relativo à suspensão da pesca do arenque pelos navios arvorando pavilhão da Dinamarca 26 Regulamento (CE) n.º 1365/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que altera o Regulamento (CE) n.º 21/2002 no respeitante à estimativa de abastecimento dos departamentos franceses ultramarinos no sector dos cereais Regulamento (CE) n.º 1366/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que altera o Regulamento (CE) n.º 1557/2001, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum Regulamento (CE) n.º 1367/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que abre, em Portugal, a destilação de crise prevista no artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º Regulamento (CE) n.º 1368/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que altera

o Regulamento (CE) n.º 174/1999 que estabelece as normas especiais de execução do Regulamento (CEE) n.º 804/68 do Conselho no que respeita aos certificados de exportação e às restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos 33

2 (Continua no verso da capa)



Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Índice	(continuação)	
marce	(COIIIIIIIIIQUO)	

*	Regulamento (CE) n.º 1369/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que derroga o n.º 10 do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho no respeitante à prova de chegada ao destino em caso de restituições diferenciadas e que estabelece normas de execução da taxa mais baixa da restituição à exportação de determinados produtos lácteos	37
	Regulamento (CE) n.º 1370/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que fixa os preços mínimos de venda de manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 102.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97	39
	Regulamento (CE) n.º 1371/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que fixa o preço máximo de compra da manteiga para o 55.º concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 2771/1999	41
	Regulamento (CE) n.º 1372/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que fixa o montante máximo de ajuda à manteiga concentrada para o 274.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CEE) n.º 429/90	42
	Regulamento (CE) n.º 1373/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que fixa o preço máximo de compra de leite em pó desnatado para o terceiro concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 214/2001	43
	Regulamento (CE) n.º 1374/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de direitos de importação apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1143/98 relativo à importação de vacas e de novilhas de determinadas raças de montanha	44
	Regulamento (CE) n.º 1375/2002 da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação apresentados em Julho de 2002 para certos produtos lácteos no âmbito de determinados contingentes pautais abertos pelo Regulamento (CE) n.º 2535/2001	45
	II Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade	
	Comissão	
	2002/622/CE:	
*	Decisão da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que institui um Grupo para a Política do Espectro de Radiofrequências (¹)	49
	Rectificações	
	Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1273/2002 da Comissão, de 12 de Julho de 2002, relativo à emissão de certificados de importação de alhos (JO L 184 de 13.7.2002)	52
	Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1274/2002 da Comissão, de 12 de Julho de 2002, relativo à emissão de certificados de importação de alhos (JO L 184 de 13.7.2002)	52

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 1361/2002 DO CONSELHO de 22 de Julho de 2002

que estabelece concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Lituânia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1)O Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Lituânia, por outro (1), a seguir designado «acordo europeu», prevê determinadas concessões para certos produtos agrícolas originários da Lituânia.
- (2)O protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia, bem como os resultados das negociações do Uruguay Round em matéria agrícola, incluindo as melhorias do regime preferencial existente (2), introduziu as primeiras melhorias nas disposições preferenciais do acordo europeu.
- Foram igualmente previstas melhorias das disposições (3) preferenciais do acordo europeu, sob a forma de uma medida autónoma e transitória na pendência de uma segunda adaptação das disposições pertinentes do acordo europeu, em consequência da primeira ronda de negociações para liberalizar o comércio agrícola. Essas melhorias entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2001 através do Regulamento (CE) n.º 2766/2000 do Conselho, de 14 de Dezembro de 2000, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no acordo europeu com a Lituânia (3). A segunda adaptação das disposições pertinentes do acordo europeu - que revestirá a forma de um novo protocolo adicional ao acordo europeu — ainda não entrou em vigor.

- Foi negociado um novo protocolo adicional ao acordo europeu relativo à liberalização do comércio de produtos agrícolas.
- Uma execução rápida das adaptações constitui uma parte essencial dos resultados das negociações com vista à conclusão do novo protocolo adicional ao acordo europeu. É, por conseguinte, necessário prever a adaptação, a título autónomo e transitório, das concessões agrícolas estabelecidas no acordo europeu.
- (6) As medidas necessárias à execução do presente regulamento serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/ /468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão (4).
- O Regulamento (CEE) n.º 2454/93 da Comissão, de 2 de (7) Julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho que estabelece o código aduaneiro comunitário (5), codificou as regras de gestão dos contingentes pautais destinados a serem utilizados por ordem cronológica das datas das declarações aduaneiras. Por conseguinte, os contingentes pautais previstos pelo presente regulamento devem ser geridos em conformidade com essas regras.
- Na sequência das referidas negociações, o Regulamento (CE) n.º 2766/2000 ficou na prática destituído de objecto, pelo que deve ser revogado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As condições de importação para a Comunidade aplicáveis a certos produtos agrícolas originários da Lituânia, definido no anexo C(a) e no anexo C(b) do presente regulamento, substituem as definidas no anexo Va do acordo europeu.

JO L 51 de 20.2.1998, p. 3.

JO L 321 de 30.11.1998, p. 1.

⁽³⁾ JO L 321 de 19.12.2000, p. 8.

^(*) JO L 184 de 17.7.1999, p. 23. (*) JO L 253 de 11.10.1993, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 444/2002 (JO L 68 de 12.3.2002, p. 11.)

2. Na data de entrada em vigor do protocolo adicional que adapta o acordo europeu para ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre as novas concessões agrícolas mútuas, as concessões previstas nesse protocolo substituem as referidas no anexo C(a) e no anexo C(b) do presente regulamento.

PT

3. As normas de execução do presente regulamento serão aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 2.º

- 1. Os contingentes pautais cujo número de ordem seja superior a 09.5100 são geridos pela Comissão, em conformidade com as disposições dos artigos 308.ºA, 308.ºB e 308.ºC do Regulamento (CEE) n.º 2454/93.
- 2. As quantidades de mercadorias sujeitas a contigentes pautais e colocadas em livre prática a partir de 1 de Julho de 2002 ao abrigo das concessões previstas no anexo A(b) do Regulamento (CE) n.º 2766/2000 são inteiramente deduzidas das quantidades previstas no anexo C(b) do presente regulamento, excepto no respeitante às quantidades para as quais tenham sido emitidas licenças de importação antes de 1 de Julho de 2002.

Artigo 3.º

1. A Comissão é assistida pelo Comité de Gestão dos Cereais instituído pelo artigo 23.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92

- do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais (¹), ou, se for caso disso, pelo comité instituído pelas disposições correspondentes dos outros regulamentos relativos à organização comum dos mercados agrícolas.
- 2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 4.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE.

O prazo previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Decisão 1999/468/CE é de um mês.

3. O comité aprovará o seu regulamento interno.

Artigo 4.º

É revogado o Regulamento (CE) n.º 2766/2000.

Artigo 5.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Julho de 2002.

Pelo Conselho O Presidente P. S. MØLLER

⁽¹) JO L 181 de 1.7.1992, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 (JO L 193 de 29.3.2000, p. 1.)

ANEXO C(a)

Os seguintes produtos originários da Lituânia beneficiarão de um direito preferencial nulo sem limite de quantidades (direito aplicável 0 % do NMF) quando importados para a Comunidade

Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)
0101 10 90	0710 29 00	0813 40 30	1518 00 39
0101 10 90	0710 29 00	0813 40 95	1522 00 91
0101 90 30	0710 80 51	0813 50 15	
0101 90 90	0710 80 59	0813 50 19	1602 10 00
0104 20 10	0710 80 61	0813 50 91	1602 20 11
0106 19 10	0710 80 69	0813 50 99	1602 20 19
0106 39 10	0710 80 70	0901 12 00	1602 20 90
	0710 80 80		1602 31
0205	0710 80 85	0901 21 00	1602 41 90
0206 80 91	0710 80 95	0901 22 00	1602 42 90
0206 90 91	0710 90 00	0901 90 90 0902 10 00	1602 49 90
0207 13 91	0711 40 00		1602 90 10
0207 14 91	0711 59 00	0904 12 00	1602 90 31
0207 26 91	0711 90 10	0904 20 10	1602 90 41
0207 27 91	0711 90 50	0904 20 90	1602 90 72
0207 35 91	0711 90 80	0907 00 00	1602 90 74
0207 36 89	0711 90 90	0910 40 13	1602 90 76
0208	0712 20 00	0910 40 19	1602 90 78
0210 91 00	0712 31 00	0910 40 90	1602 90 98
0210 92 00	0712 32 00	0910 91 90	1603 00 10
0210 93 00	0712 33 00	0910 99 99	1704 90 10
0210 99 10	0712 39 00	1001 90 10	2001 10 00
0210 99 31	0712 90 05	1105	2001 90 20
0210 99 39	0712 90 30	1106 10 00	2001 90 50
0210 99 59	0712 90 50	1106 30	2001 90 70
0210 99 79	0712 90 90	1108 20 00	2001 90 75
0210 99 80	0713 50 00	1208 10 00	2001 90 85
0407 00 90	0713 90 10	1209	2003 20 00
0409 00 00	0713 90 90	1210	2003 90 00
0410 00 00	0802 11 90	1211 90 30	2004 10 10
0601	0802 11 90	1212 10 10	2004 10 99
0602	0802 12 90	1212 10 99	2004 90 30
0603	0802 21 00	1214 90 10	2004 90 50
0604	0802 22 00	1501 00 90	2004 90 91
0701 10 00	0802 31 00	1502 00 90	2004 90 98
0701 90 10	0802 40 00	1503 00 19	2005 10 00
0703 10	0802 90 50	1503 00 90	2005 20 20
0703 90 00	0802 90 85	1504 10 10	2005 20 80
0704 20 00	0806 20 11	1504 10 99	2005 40 00
0704 90 90	0806 20 12	1504 20 10	2005 51 00
0705 19 00	0806 20 91	1504 30 10	2005 59 00
0705 21 00	0806 20 92	1507	2005 60 00
0705 29 00	0806 20 98	1508 10 90	2005 90 10
0706	0808 20 90	1508 90 10	2005 90 50
0707 00 90	0809 40 90	1508 90 90	2005 90 60
0708 10 00	0810 40 30	1511 10 90	2005 90 70
0708 90 00	0810 40 50	1511 90 11	2005 90 75
0709 20 00	0810 40 90	1511 90 19	2005 90 80
0709 30 00	0811 90 39	1511 90 91	2006 00 99
0709 40 00	0811 90 50	1511 90 99	2007 10 91
0709 51 00	0811 90 75	1512	2007 10 99
0709 52 00	0811 90 80	1513	2007 99 10
0709 59 00	0811 90 85	1514	2007 99 91
0709 60 10	0811 90 95	1515	2007 99 98
0709 60 99	0812 10 00	1516 10 10	2008 11 92
0709 70 00	0812 90 40	1516 10 90	2008 11 94
0709 90 10	0812 90 50	1516 20 91	2008 11 96
0709 90 20	0812 90 60	1516 20 95	2008 11 98
0709 90 50	0812 90 99	1516 20 96	2008 19 19
0709 90 90	0813 10 00	1516 20 98	2008 19 93
0710 10 00	0813 20 00	1517 10 90	2008 19 95
0710 21 00	0813 30 00	1517 90 99	2008 19 99
0710 22 00	0813 40 10	1518 00 31	2008 40 11

PT

Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)
2008 60 59 2008 60 61	2008 92 14 2008 92 34	2009 80 38 2009 80 50
2008 60 69	2008 92 38	2009 80 63 2009 80 69
2008 60 79	2008 92 74	2009 80 71 2009 80 79
2008 60 99	2008 92 93	2009 80 89 2009 80 95
2008 80 31	2008 92 98	2009 80 96 2009 80 99
2008 80 50 2008 80 70	2008 99 37 2008 99 40	2009 90 19 2009 90 29 2009 90 39
2008 80 91 2008 80 99	2008 99 45 2009 80 19	2009 90 51 2309 90 91
	2008 60 59 2008 60 61 2008 60 69 2008 60 71 2008 60 79 2008 60 91 2008 60 99 2008 80 11 2008 80 31 2008 80 39 2008 80 50 2008 80 70 2008 80 91	2008 60 59 2008 92 14 2008 60 61 2008 92 34 2008 60 69 2008 92 38 2008 60 71 2008 92 59 2008 60 79 2008 92 74 2008 60 91 2008 92 78 2008 60 99 2008 92 93 2008 80 11 2008 92 96 2008 80 31 2008 92 98 2008 80 39 2008 99 28 2008 80 50 2008 99 37 2008 80 70 2008 99 40 2008 80 91 2008 99 45

⁽¹) Conforme definido no Regulamento (CE) n.º 2031/2001 da Comissão, de 6 de Agosto de 2001, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à pauta aduaneira comum (JO L 279 de 23.10.2001, p. 1).

ANEXO C(b)

As importações para a Comunidade dos produtos seguidamente enumerados originários da Lituânia serão objecto das concessões a seguir indicadas (NMF = direitos aplicáveis à nação mais favorecida)

Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas
09.4598	0102 90 05	Animais vivos da espécie bovina das espécies domésticas de peso não superior a 80 kg	20	178 000 cabeças	0	(3)
09.4537	0102 90 21 0102 90 29 0102 90 41 0102 90 49	Animais vivos da espécie bovina das espécies domésticas de peso superior a 80 kg mas não superior a 300 kg	20	153 000 cabeças	0	(3)
09.4563	ex 0102 90	Novilhas e vacas, não destinadas a abate, das seguintes raças de montanha: cinzenta, castanha, amarela, malhada do Simmental e Pinzgau	6 % ad valorem	7 000 cabeças	0	(4)
09.4861	0201	Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	isenção	2 200	200	(8)
	0202	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas				
	0206 10 95	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, frescas ou refrigeradas — pilares do diafragma e diafragmas				
	0206 29 91	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, congeladas, outras, pilares do diafragma e diafragmas de animais da espécie bovina				
	0210 20	Carnes de animais da espécie bovina, salgadas, em salmoura, secas ou fumadas				
	0210 99 51	Pilares do diafragma e diafragmas de animais da espécie bovina				
	0210 99 90	Farinhas e pós comestíveis, de carnes ou de miudezas				
	1602 50	Outras preparações e conservas de carne ou miudezas da espécie bovina				
09.4542	ex 0203	Carnes de suínos da espécie doméstica, frescas, refrigeradas ou congeladas, excepto dos códigos NC 0203 11 90, 0203 12 90, 0203 19 90, 0203 21 90, 0203 22 90, 0203 29 90	isenção	1 800	150	(⁵) (⁸)
	0104 10 30	Animais vivos da espécie ovina — borregos (até um ano de idade)	isenção	ilimitadas		(8)
	0104 10 80	Animais vivos da espécie ovina — outros				
	0104 20 90	Animais vivos da espécie caprina — outros				
	0204	Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas				



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe: específicas
	0210 99 21	Carnes comestíveis das espécies ovina e caprina, não desossadas				
	0210 99 29	Carnes comestíveis das espécies ovina e caprina, desossadas				
	0210 99 60	Miudezas comestíveis das espécies ovina e caprina				
09.6661	ex 0207	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105, excepto dos códigos NC 0207 13 91, 0207 14 91, 0207 26 91, 0207 27 91, 0207 34 10, 0207 34 90, 0207 35 91, 0207 36 81, 0207 36 85, e 0207 36 89	isenção	1 200	100	(8)
09.4862	0401	Leite e nata, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	isenção	3 000	300	(8)
09.4863	0402	Leite e nata, concentrados ou adicio- nados de açúcar ou de outros edulco- rantes	isenção	6 350	635	(8)
09.4864	0403 10 11 a 0403 10 39	logurte, não aromatizado, nem adicio- nado de frutas, nozes ou cacau	isenção	300	30	(8)
	0403 90 11 a 0403 90 69	Leitelho, leite e nata coalhados, kefir e outros leites e natas fermentados ou acidificados, não aromatizados, nem adicionados de frutas ou de cacau				
09.4865	0404	Soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições	isenção	2 000	200	(⁸)
09.4866	0405 10 11	Manteiga natural de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 % em embalagens imediatas de conteúdo líquido não superior a 1 kg	isenção	2 100	210	(8)
	0405 10 19	Outra manteiga natural de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 %				
	0405 10 30	Manteiga recombinada de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 %				
	0405 10 50	Manteiga de soro de leite				
	0405 10 90	Manteiga, outras				
	0405 20 90	Pastas de barrar (espalhar) de produtos provenientes do leite, de teor, em peso, de matérias gordas, superior a 75 % mas inferior a 80 %				
	0405 90	Outras matérias gordas provenientes do leite				
09.4557	0406	Queijos e requeijão	isenção	7 200	600	(8)



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas
09.6662	0407 00 11 0407 00 19 0407 00 30	Ovos de aves domésticas	isenção	700	70	(8)
09.6663	0408 91 80	Ovos secos, outros	isenção	140	15	(8) (9)
09.6452	ex 0702 00 00 ex 0702 00 00	Tomates, frescos ou refrigerados de 15 de Maio a 31 de Outubro de 1 de Novembro a 14 de Maio	isenção isenção	400 ilimitadas	40	(7) (8)
09.6453	0703 20 00	Alhos, frescos ou refrigerados	isenção	60	5	
09.6664	ex 0707 00 05	Pepinos, frescos ou refrigerados, de 1 de Março a 31 de Outubro	isenção	100	10	(7)
	ex 0707 00 05	Pepinos, frescos ou refrigerados, de 1 de Novembro — Final de Fevereiro	isenção	ilimitadas		(7)
	0709 10 00	Alcachofras, frescas ou refrigeradas	isenção	ilimitadas		(7)
	0709 90 70	Aboborinhas, frescas ou refrigeradas	isenção	ilimitadas		(7)
09.6631	0808 10	Maçãs, frescas	isenção	2 760	230	(7) (8)
	0808 20 50	Peras frescas (excepto peras para perada, a granel, de 1 de Agosto a 31 de Dezembro)	isenção	ilimitadas		(7)
	0809 20	Cerejas, frescas	isenção	ilimitadas		(7)
	ex 0809 40 05	Ameixas, frescas, de 1 de Julho a 30 de Setembro	isenção	ilimitadas		(7)
	0810 10 00	Morangos, frescos	isenção	ilimitadas		(6)
	0810 30	Groselhas, incluindo o cassis, frescas	isenção	ilimitadas		(6)
	0811 10 19	Morangos, congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso	isenção	ilimitadas		(6)
	0811 10 90	Morangos, congelados, outros	isenção	ilimitadas		(6)
	0811 20 19	Framboesas, amoras, incluídas as silvestres, amoras-framboesas e groselhas, congeladas, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso	isenção	ilimitadas		(6)
	0811 20 31	Outras framboesas, congeladas	isenção	ilimitadas		(6)
	0811 20 39	Outras groselhas de cachos negros (cassis), congeladas	isenção	ilimitadas		(6)



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas
	0811 20 51	Outras groselhas de cachos vermelhos, congeladas	isenção	ilimitadas		(⁶)
	0811 20 59	Outras amoras, incluídas as silvestres, e amoras-framboesas, congeladas	isenção	ilimitadas		
	0811 20 90	Outras, congeladas	isenção	ilimitadas		
09.6665	1001 10 00	Trigo duro	isenção	25 000	2 500	(8)
	1001 90 91	Trigo mole e mistura de trigo com centeio para sementeira				
	1001 90 99	Outras				
	1101 00 11	Farinhas de trigo duro				
	1101 00 15	Farinha de trigo mole e de espelta				
	1101 00 90	Farinha de mistura de trigo com centeio				
	1103 11 10	Grumos e sêmolas de trigo duro				
	1103 11 90	Grumos e sêmolas de trigo mole e de espelta				
	1103 20 60	Pellets de trigo				
09.6666	1002 00 00	Centeio	isenção	6 000	600	(8)
	1102 10 00	Farinha de centeio				
	1103 19 10	Grumos e sêmolas de centeio				
	1103 20 10	Pellets de centeio				
09.6667	1004 00 00	Aveia	isenção	500	50	(8)
	1102 90 30	Farinha de aveia				
	1103 19 40	Grumos e sêmola de aveia				
	1103 20 30	Pellets de aveia				
	1008 10 00	Trigo mourisco	isenção	ilimitadas		(8)
	1008 20 00	Painço				
	1008 30 00	Alpista				
	1008 90 10	Triticale				
	1008 90 90	Outros cereais, outros				
	1102 90 90	Farinha de cereais, outros				
	1103 19 90	Grumos e sêmola de outros cereais				
	1103 20 90	Pellets de cereais, outros				
09.6668	1104 29 19	Grãos de cereais, descascados (em película ou pelados), mesmo cortados ou partidos, excepto de aveia, milho, cevada, trigo e centeio	isenção	1 000	100	
	1104 29 39	Grãos de cereais, em pérolas, excepto de aveia, milho, cevada, trigo e centeio				
	1104 29 59	Grãos de cereais, apenas partidos, excepto de aveia, milho, cevada, trigo e centeio				



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe: específicas
09.4569	1601 00	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue; preparações alimentícias à base de tais produtos	isenção	360	30	(8)
	ex 1602 41	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
		pernas e respectivos pedaços, excepto do código NC 1602 41 90				
	ex 1602 42	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
		Pás e respectivos pedaços, excepto do código NC 1602 42 90				
	ex 1602 49	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
		Outras, incluídas as misturas, excepto do código NC 1602 49 90				
09.6669	1602 32	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue de aves da posição 0105: de galos ou de galinhas	isenção	240	20	(8)
	1602 39	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue de aves da posição 0105: com excepção das de galos ou de galinhas e com excepção de perus				
	1703	Melaços resultantes da extracção ou refinação do açúcar	isenção	ilimitadas		(8)
09.6670	2001 90 93	Cebolas, preparadas ou conservadas em vinagre ou em ácido acético	isenção	100	10	
	2001 90 96	Outros produtos hortícolas, frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparados ou conservados em vinagre ou em ácido acético				
	2002	Tomates, preparados ou conservados em vinagre ou em ácido acético	isenção	ilimitadas		(8)
09.6671	ex 2302	Sêmeas, farelos e outros resíduos, mesmo em <i>pellets</i> , da peneiração, moagem ou de outros tratamentos de cereais ou de leguminosas	isenção	300	30	
	2302 30	- de trigo				
	2302 40	– de outros cereais				
09.6672	ex 2309 90	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais, excepto alimentos para cães e gatos, acondicionados para a venda a retalho	isenção	200	20	

PT

Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposições específicas
	2309 90 33	Outras não contendo nem amido nem fécula ou de teor, em peso, destas matérias inferior ou igual a 10 %, de teor, em peso, de produtos lácteos igual ou superior a 10 % e inferior a 50 %				
	2309 90 43	Outras de teor, em peso, de amido ou fécula superior a 10 % mas não superior a 30 %, de teor, em peso, de produtos lácteos igual ou superior a 10 % e inferior a 50 %				
	2309 90 53	Outras de teor, em peso, de amido ou fécula superior a 30 %, de teor, em peso, de produtos lácteos igual ou superior a 10 % e inferior a 50 %				

⁽¹) Não obstante as regras referentes à interpretação da Nomenclatura Combinada, a redacção da designação das mercadorias deve ser considerada meramente indicativa, sendo o regime preferencial, no contexto do presente anexo, determinado pelos códigos NC. Sempre que sejam mencionados códigos ex NC, o regime preferencial deve ser determinado conjuntamente pela aplicação dos códigos NC e da designação correspondente.

(2) No caso de existir um direito NMF mínimo, o direito mínimo aplicável é equivalente ao direito NMF mínimo multiplicado pela percentagem indicada nesta coluna.
(3) O contingente referente a este produto está aberto aos seguintes países: República Checa, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Hungria, Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia. Se as importações totais para a Comunidade de animais vivos da espécie bovina excederem 500 000 unidades num determinado ano, a Comunidade poderá adoptar as medidas de gestão necessárias para proteger o seu mercado, sem prejuízo de quaisquer outros direitos conferidos pelo acordo.

(4) O contingente referente a este produto está aberto aos seguintes países: República Checa, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Hungria, Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia.

(5) Excepto lombinho apresentado isoladamente.

(º) Sujeito ao regime de preços mínimos de importação incluído no apêndice do presente anexo.

(7) A redução aplica-se unicamente à parte ad valorem do direito.

(8) Esta concessão aplica-se apenas a produtos que não beneficiam de restituições à exportação.

(9) Em equivalente ovo seco (100 kg de ovo líquido ou congelado = 25,7 kg ovo seco).

Apêndice do anexo C(b)

Regime de preços mínimos de importação para determinados frutos de bagas destinados a transformação

 São fixados preços mínimos de importação para os seguintes produtos destinados a transformação, originários da Lituânia:

Código NC	Designação das mercadorias	Preço mínimo de importação euros/tonelada líquidos
ex 0810 10	Morangos frescos, destinados a transformação	514
ex 0810 30 10	Groselhas de cachos negros, frescas, destinadas a transformação	385
ex 0810 30 30	Groselhas de cachos vermelhos, frescas, destinadas a transformação	233
ex 0811 10 19	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: fruto inteiro	750
ex 0811 10 19	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: outros	576
ex 0811 10 90	Morangos congelados, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: fruto inteiro	750
ex 0811 10 90	Morangos congelados, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	576
ex 0811 20 19	Framboesas congeladas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: fruto inteiro	995
ex 0811 20 19	Framboesas congeladas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: outros	796
ex 0811 20 31	Framboesas congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: fruto inteiro	995
ex 0811 20 31	Framboesas congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	796
ex 0811 20 39	Groselhas de cachos negros congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: sem pedúnculo	628
ex 0811 20 39	Groselhas de cachos negros congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	448
ex 0811 20 51	Groselhas de cachos vermelhos congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: sem pedúnculo	390
ex 0811 20 51	Groselhas de cachos vermelhos congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	295

^{2.} Os preços mínimos de importação, definidos no ponto 1, serão respeitados na base da remessa. No caso de o valor da declaração aduaneira ser inferior ao preço mínimo de importação, será cobrado um direito de compensação equivalente à diferença entre o preço mínimo de importação e o valor da declaração aduaneira.

^{3.} Se o preço de importação de um determinado produto abrangido pelo presente anexo revelar uma tendência que indique que os preços poderão descer abaixo do preço mínimo de importação no futuro imediato, a Comissão Europeia informará as autoridades da Lituânia, de forma a permitir que estas corrijam a situação.

- PT
- 4. A pedido da Comunidade ou da Lituânia, o Conselho de Associação analisará o funcionamento do sistema ou a revisão do nível dos preços mínimos de importação. Se tal for necessário, o Conselho de Associação adoptará as decisões adequadas.
- 5. Para incentivar e fomentar o desenvolvimento das trocas comerciais e para benefício mútuo das partes, poderá ser organizada uma reunião de consulta três meses antes de cada campanha de comercialização na Comunidade Europeia. Esta reunião de consulta contará com a presença, por um lado, da Comissão Europeia e das organizações europeias de produtores dos produtos em causa e, por outro lado, das autoridades e das organizações de produtores e de exportadores de todos os países associados exportadores.

Durante esta reunião consultiva, será discutida a situação do mercado das frutas de bagas, nomeadamente as previsões de produção, a situação das existências, a evolução dos preços e as possíveis evoluções do mercado, bem como as possibilidades de adaptação da oferta à procura.

REGULAMENTO (CE) N.º 1362/2002 DO CONSELHO

de 22 de Julho de 2002

que estabelece concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Letónia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- O Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Letónia, por outro (1), a seguir designado «Acordo Europeu», prevê determinadas concessões para certos produtos agrícolas originários da Letónia.
- O protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia, bem como os resultados das negociações do Uruguay Round em matéria agrícola, incluindo as melhorias do regime preferencial existente (2), introduziu as primeiras melhorias nas disposições preferenciais do Acordo Europeu.
- Foram igualmente previstas melhorias das disposições preferenciais do Acordo Europeu, em consequência da primeira ronda de negociações para liberalizar o comércio agrícola. Essas melhorias entraram em vigor em 1 de Julho de 2000 através do Regulamento (CE) n.º 2341/2000 do Conselho, de 17 de Dezembro de 2000, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Letónia (3). A segunda adaptação das disposições pertinentes do Acordo Europeu, que revestirá a forma de um novo protocolo adicional ao Acordo Europeu, ainda não entrou em vigor.
- (4) Foi negociado um novo protocolo adicional ao Acordo Europeu relativo à liberalização do comércio de produtos agrícolas.
- Uma execução rápida das adaptações constitui uma parte essencial dos resultados das negociações com vista à conclusão do novo protocolo adicional ao Acordo Europeu. É, por conseguinte, necessário prever a adaptação, a título autónomo e transitório, das concessões agrícolas estabelecidas no Acordo Europeu.
- JO L 26 de 2.2.1998, p. 3.
- ²) JO L 317 de 10.12.1999, p. 1.
- (3) JO L 271 de 24.10.2000, p. 7.

- As medidas necessárias à execução do presente regulamento serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/ /468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão (4).
- O Regulamento (CEE) n.º 2454/93 da Comissão, de 2 de (7) Julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho que estabelece o código aduaneiro comunitário (5), codificou as regras de gestão dos contingentes pautais destinados a serem utilizados por ordem cronológica das datas das declarações aduaneiras. Por conseguinte, os contingentes pautais previstos pelo presente regulamento devem ser geridos em conformidade com essas regras.
- (8)Na sequência das referidas negociações, o Regulamento (CE) n.º 2341/2000 ficou na prática destituído de objecto, pelo que deve ser revogado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

- As condições de importação para a Comunidade aplicáveis a certos produtos agrícolas originários da Letónia, definidas no anexo C(a) e no anexo C(b) do presente regulamento, substituem as definidas no anexo Va do Acordo Europeu.
- Na data de entrada em vigor do protocolo adicional que adapta o Acordo Europeu para ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre as novas concessões agrícolas mútuas, as concessões previstas nesse protocolo substituem as referidas no anexo C(a) e no anexo C(b) do presente regulamento.
- As normas de execução do presente regulamento são aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 2.º

Os contingentes pautais cujo número de ordem seja superior a 09.5100 são geridos pela Comissão, em conformidade com as disposições dos artigos 308.ºA, 308.ºB e 308.ºC do Regulamento (CEE) n.º 2454/93.

^(*) JO L 184 de 17.7.1999, p. 23. (*) JO L 253 de 11.10.1993, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 444/2002 (JO L 68 de 12.3.2002, p. 11).

2. As quantidades de mercadorias sujeitas a contingentes pautais e colocadas em livre prática a partir de 1 de Julho de 2002 ao abrigo das concessões previstas no anexo A(b) do Regulamento (CE) n.º 2341/2000 são inteiramente deduzidas das quantidades previstas no anexo C(b) do presente regulamento, excepto no respeitante às quantidades para as quais tenham sido emitidas licenças de importação antes de 1 de Julho de 2002.

PT

Artigo 3.º

1. A Comissão é assistida pelo Comité de Gestão dos Cereais instituído pelo artigo 23.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais (¹), ou, se for caso disso, pelo comité instituído pelas disposições correspondentes dos outros regulamentos relativos à organização comum dos mercados agrícolas.

2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 4.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE.

O prazo previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Decisão 1999/468/CE é de um mês.

3. O comité aprovará o seu regulamento interno.

Artigo 4.º

É revogado o Regulamento (CE) n.º 2341/2000.

Artigo 5.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

É aplicável a partir de 1 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Julho de 2002.

Pelo Conselho O Presidente P. S. MØLLER

⁽¹) JO L 181 de 1.7.1992, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 (JO L 193 de 29.7.2000, p. 1).

ANEXO C(a)

Os seguintes produtos originários da Letónia beneficiarão de um direito preferencial nulo sem limite de quantidades (direito aplicável 0 % do NMF) quando importados para a Comunidade

Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)
0101 10 90	0709 90 50	0813 50 19	2001 90 20
0101 90 19	0709 90 70	0813 50 91	2001 90 70
0101 90 30	0709 90 90	0813 50 99	2001 90 75
0101 90 90	0710 29 00	0013 30 77	2001 90 85
0104 20 10	0710 29 00	0901 12 00	2003 20 00
0104 20 10	0710 80 51	0901 21 00	2003 20 00
0106 39 10	0710 80 51	0901 22 00	2004 90 50
0100 39 10		0901 90 90	
0205	0710 80 69	0902 10 00	2004 90 91
0206 80 91	0710 80 80	0904 12 00	2004 90 98
0206 90 91	0710 80 85	0904 20 10	2005 10 00
0207 13 91	0711 40 00	0904 20 90	2005 60 00
0207 14 91	0711 59 00	0907 00 00	2005 90 10
0207 26 91	0711 90 10	0910 40 13	2005 90 50
0207 27 91	0711 90 50	0910 40 19	2006 00 99
0207 35 91	0711 90 80		2007 10 91
0207 36 89	0711 90 90	0910 40 90	2007 10 99
	0712 20 00	0910 91 90	2008 11 92
0208 10 11	0712 32 00	0910 99 99	2008 11 94
0208 10 19	0712 33 00	1107 10 00	2008 11 96
0208 20 00	0712 39 00	1106 10 00	2008 11 98
0208 30 00	0713 50 00	1106 30	2008 19 19
0208 40 10	0713 90 10	1208 10 00	2008 19 93
0208 40 90	0713 90 90		2008 19 95
0208 90 10	0/13 90 90	1209	2008 19 99
0208 90 55	0002 11 00	1210	
0208 90 60	0802 11 90	1211 90 30	2008 40 11
0208 90 95	0802 12 90	1212 10 10	2008 40 21
0210 91 00	0802 21 00	1212 10 99	2008 40 29
0210 92 00	0802 22 00	1214 90 10	2008 40 39
0210 93 00	0802 31 00	1502.00.00	2008 40 51
0210 99 10	0802 32 00	1502 00 90	2008 40 59
0210 99 31	0802 40 00	1503 00 19	2008 40 71
0210 99 39	0802 90 50	1503 00 90	2008 40 79
0210 99 59	0802 90 85	1504	2008 40 91
0210 99 79	0806 20 11	1507	2008 40 99
0210 99 80	0806 20 12	1508	2008 50 11
	0806 20 91	1511	2008 60 11
0407 00 90	0806 20 92	1512	2008 60 31
0410 00 00	0806 20 98	1513	2008 60 39
	0808 20 90	1514	2008 60 51
0601 10	0809 40 90	1515	2008 60 59
0601 20	0810 40 30	1516 10 10	2008 60 61
0602	0810 40 50	1516 10 90	2008 60 69
0603	0810 40 90	1516 20 91	2008 60 71
0604	0811 90 39	1516 20 95	2008 60 79
	0811 90 50	1516 20 96	2008 60 7 9
0701 10 00		1516 20 98	
0701 90 10	0811 90 75	1518 00 31	2008 60 99
0703 10	0811 90 80	1518 00 39	2008 80 11
0703 90 00	0811 90 85	1522 00 91	2008 80 31
0707 00 90	0811 90 95		2008 80 39
0708 10 00	0812 10 00	1602 31	2008 92 12
0708 90 00	0812 90 40	1602 90 10	2008 92 14
0709 10 00	0812 90 50	1602 90 31	2008 92 34
0709 20 00	0812 90 60	1602 90 41	2008 92 38
0709 30 00	0812 90 99	1602 90 72	2008 92 51
0709 40 00	0813 10 00	1602 90 74	2008 92 59
0709 52 00	0813 20 00	1602 90 76	2008 92 74
0709 59 00	0813 30 00	1602 90 78	2008 92 78
0709 60	0813 40 10	1602 90 98	2008 92 93
0709 70 00	0813 40 30	1603 00 10	2008 92 96
0709 90 10	0813 40 95	100,00 10	2008 92 98
0709 90 20	0813 50 15	1704 90 10	2008 99 28
0,0,,020	0015 50 15	1,01,010	2000 // 20

Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)	Código NC (¹)
2008 99 37 2008 99 40	2009 49 30 2009 50 10	2009 80 96	2204 30 10
2008 99 45 2008 99 49	2009 50 90 2009 80 19	2009 80 99 2009 90 19	2302 50 00 2306 90 19
2008 99 55 2008 99 68	2009 80 38 2009 80 50	2009 90 29 2009 90 39	2308 90 19 2308 00 90 2309 10 51
2008 99 72 2008 99 78 2008 99 99	2009 80 63 2009 80 69 2009 80 71	2009 90 51 2009 90 59	2309 10 90 2309 90 10
2009 31 11 2009 39 31	2009 80 79 2009 80 89	2009 90 96 2009 90 97	2309 90 31 2309 90 41
2009 41 10	2009 80 95	2009 90 98	2309 90 51

⁽¹) Conforme definido no Regulamento (CE) n.º 2031/2001 da Comissão, de 6 de Agosto de 2001, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum (JO L 279 de 23.10.2001, p. 1).

ANEXO C(b)

As importações para a Comunidade dos produtos seguidamente enumerados originários da Letónia serão objecto das concessões a seguir indicadas (NMF = direitos aplicáveis à nação mais favorecida)

				Quantidade		
Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Designação das mercadorias (¹) Direito aplicável (de % NMF) (²) a 30.6.20 (tonelada		Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposições específicas
09.4598	0102 90 05	Animais vivos da espécie bovina das espécies domésticas de peso não superior a 80 kg		0	(3)	
09.4537	0102 90 21 0102 90 29 0102 90 41 0102 90 49	Animais vivos da espécie bovina das espécies domésticas de peso superior a 80 kg mas não superior a 300 kg		0	(3)	
09.4563	ex 0102 90	Novilhas e vacas, não destinadas a abate, das seguintes raças de montanha: cinzenta, castanha, amarela, malhada do Simmental e Pinzgau	gas de montanha: marela, malhada		0	(4)
09.4871	0201	Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	isenção	675	75	(8)
	0202	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas				
	0206 10 95	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, frescas ou refrigeradas — pilares do diafragma e diafragmas				
	0206 29 91	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, congeladas, outras, pilares do diafragma e diafragmas				
	0210 20	Carnes de animais da espécie bovina, salgadas, em salmoura, secas ou fumadas				
	0210 99 51	Pilares do diafragma e diafragmas de animais da espécie bovina				
	0210 99 90	Farinhas e pós comestíveis, de carnes ou de miudezas				
	1602 50	Outras preparações e conservas de carne ou miudezas da espécie bovina				
09.4540	ex 0203	Carnes de suínos da espécie doméstica, frescas, refrigeradas ou congeladas, excepto dos códigos NC 0203 11 90, 0203 12 90, 0203 19 90, 0203 21 90, 0203 22 90, 0203 29 90	isenção	1 500	125	(5) (8)
	0104 10 30	Animais vivos da espécie ovina — borregos (até um ano de idade)	isenção	ilimitada		(8)
	0104 10 80	Animais vivos da espécie ovina — outros				
	0104 20 90	Animais vivos da espécie caprina — outros				
	0204	Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas				



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas
	0210 99 21	Carnes comestíveis das espécies ovina e caprina, não desossadas				
	0210 99 29	Carnes comestíveis das espécies ovina e caprina, desossadas				
	0210 99 60	Miudezas comestíveis das espécies ovina e caprina				
09.6676	ex 0207	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105, excepto dos códigos NC 0207 13 91, 0207 14 91, 0207 26 91, 0207 27 91, 0207 34 10, 0207 34 90, 0207 35 91, 0207 36 81, 0207 36 85 e 0207 36 89		65	(⁸)	
09.4872	0401	Leite e nata, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	isenção	200	20	(8)
09.4873	0402	Leite e nata, concentrados ou adicio- nados de açúcar ou de outros edulco- rantes		0	(8)	
09.4878	0403 10 11 a 0403 10 39	Iogurte, não aromatizado, nem adicio- nado de frutas, nozes ou cacau	isenção	100	10	(8)
	0403 90 11 a 0403 90 69	Leitelho, leite e nata coalhados, kefir e outros leites e natas fermentados ou acidificados, não aromatizados, nem adicionados de frutas ou de cacau				
09.4551	0405 10 11	Manteiga natural de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 % em embalagens imediatas de conteúdo líquido não superior a 1 kg	isenção	2 255	190	(8)
	0405 10 19	Outra manteiga natural de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 %				
	0405 10 30	Manteiga recombinada de teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 85 %				
	0405 10 50	Manteiga de soro de leite				
	0405 10 90	Manteiga, outras				
	0405 20 90	Pastas de barrar (espalhar) de produtos provenientes do leite, de teor, em peso, de matérias gordas, superior a 75 % mas inferior a 80 %				
	0405 90	Outras matérias gordas provenientes do leite				
09.4552	0406	Queijos e requeijão	isenção	5 000	500	(8)
09.6677	0409 00 00	Mel natural	isenção	100	10	(8)
09.6621	ex 0702 00 00	Tomates, frescos ou refrigerados, de 15 de Maio a 31 de Outubro	isenção	250	50	(7) (8)
09.6623	0703 20 00	Alho, fresco ou refrigerado	isenção	60	5	

Número de ordem Código NC		Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas
09.6456	0704 90	Couves, couve-flor, repolho ou couve frisada, couve-rábano e produtos comestíveis semelhantes do género <i>Brassica</i> , frescos ou refrigerados, outros	isenção	550	50	
09.6457	ex 0706 10 00	Cenouras, frescas ou refrigeradas	Cenouras, frescas ou refrigeradas 20 250		0	
09.6678	0706 90	Cenouras, nabos, beterrabas para salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes e raízes comestíveis semelhantes, frescos ou refrigerados, outros	salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes e raízes comestíveis semelhantes, frescos		20	
09.6679	ex 0707 00 05	Pepinos, frescos ou refrigerados	isenção	500	50	(7)
09.6680	0709 40 00	Aipo, excepto aipo-rábano, fresco ou refrigerado	isenção	50	5	
09.6458	0710 10 00	Batatas, congeladas	20	250	0	
09.6681	0712 90 50	Cenouras secas, mesmo cortadas em pedaços ou fatias, ou ainda trituradas ou em pó, mas sem qualquer outro preparo	isenção	200	20	
	0712 90 90	Outros produtos hortícolas ou misturas de produtos hortícolas secos, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ainda triturados ou em pó, mas sem qualquer outro preparo				
09.6682	ex 0714 90 90	Topinambos, congelados ou secos	isenção	100	10	
	0806 10 10	Uvas frescas de mesa	isenção	ilimitada		(7)
09.6625	0808 10	Maçãs, frescas	isenção	250	50	(7) (8)
	0808 20 50	Peras, frescas (excepto peras para perada, a granel, 1 de Agosto — 31 de Dezembro)	isenção	ilimitada		(7)
	0809 20	Cerejas, frescas	isenção	ilimitada		(7)
	0809 40 05	Ameixas, frescas	isenção	ilimitada		(7)
	ex 0810 10 00	Morangos, frescos, de 1 de Agosto a 14 de Junho	isenção	ilimitada		(6)
	0810 20	Framboesas, amoras, incluídas as silvestres, e amoras-framboesas, frescas	isenção	ilimitada		(6)
	0810 30	Groselhas, incluindo o cassis, frescas	isenção	ilimitada		(⁶)
09.6683	0811 10 11	Morangos, congelados, adicionados de açúcar ou de outro edulcorantes, de teor de açúcares superior a 13 %, em peso	20	250	0	(6)
	0811 10 19	Morangos, congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso	isenção	ilimitada		(6)



Número de ordem	Código NC	Designação das mercadorias (¹)	Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposiçõe específicas	
	0811 10 90	Morangos, congelados, outros	isenção	ilimitada		(⁶)	
	0811 20 19	Framboesas, amoras, incluídas as silvestres, amoras-framboesas e groselhas, congeladas, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso	isenção	ilimitada		(6)	
	0811 20 31	Outras framboesas, congeladas	isenção	ilimitada		(6)	
	0811 20 39	Outras groselhas de cachos negros (cassis), congeladas	isenção	ilimitada		(6)	
	0811 20 51	Outras groselhas de cachos vermelhos, congeladas	isenção	ilimitada		(6)	
	0811 20 59	Outras amoras, incluídas as silvestres, e amoras-framboesas, congeladas	isenção	ilimitada		(6)	
	0811 20 90	Outras, congeladas	isenção	ilimitada		(6)	
09.6684	1001 10 00 1001 90 10 1001 90 91 1001 90 99	Trigo duro Espelta destinada a sementeira Trigo mole e mistura de trigo com centeio para sementeira Outras	isenção 26 000 2 600 om		2 600	(8)	
09.6685	1101 00 11 1101 00 15 1101 00 90 1103 11 10 1103 11 90 1103 20 60	Farinha de trigo mole e de espelta Farinha de mistura de trigo com centeio Grumos e sêmolas de trigo duro Grumos e sêmolas de trigo mole e de espelta		900	(8)		
09.6686	1002 00 00	Centeio	isenção	3 750	375	(8)	
09.6687	1102 10 00 1103 19 10 1103 20 10	Farinha de centeio Grumos e sêmolas de centeio Pellets de centeio	isenção	-		(8)	
09.6688	1003 00	Cevada	isenção	7 500	450	(8)	
09.6689	1102 90 10 1103 19 30 1103 20 20	Farinha de cevada Grumos e sêmolas de cevada Pellets de cevada	isenção 2 500 150		150	(8)	
09.6690	1004 00 00	Aveia	isenção	2 250	150	(8)	
09.6691	1102 90 30 1103 19 40 1103 20 30	Farinha de aveia Grumos e sêmola de aveia Pellets de aveia	isenção 750 50		50	(8)	
09.6692	ex 1104	Grãos de cereais trabalhados de outro modo, excepto dos códigos NC 1104 19 50 e 1104 23	isenção	900	90		

Número de ordem	L Codigo NC L Designação das mercadorias (1)		Direito aplicável (de % NMF) (²)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2003 (toneladas)	Disposições específicas
09.6473	1108 13 00	Fécula de batata	isenção	500	0	
09.4564	1601 00	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue: preparações alimentares à base destes produtos	isenção	180	15	(8)
	1602 41	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
		pernas e respectivos pedaços				
	1602 42	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
	1602 49	pás e respectivos pedaços				
	1002 49	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue: de suíno:				
		outras, incluídas as misturas				
09.6693	1602 32 a 1602 39	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue de aves da posição 0105: de galos ou de galinhas	isenção	120	10	(8)
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue de aves da posição 0105: com excepção das de galos ou de galinhas e com excepção das de perus				
	1703	Melaços resultantes da extracção ou refinação do açúcar	isenção	ilimitada		(8)
09.6694	ex 2001	Produtos hortícolas, frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparados ou conservados em vinagre ou em ácido acético, excepto dos códigos NC 2001 90 30, 2001 90 40, 2001 90 60, 2001 90 65 e 2001 90 91	comestíveis de plantas, prepa- ou conservados em vinagre ou cido acético, excepto dos códigos 2001 90 30, 2001 90 40, 90 60, 2001 90 65 e		60	
09.6695	ex 2005	Outros produtos hortícolas preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético, não congelados, excepto dos códigos NC 2005 20 10, 2005 70 e 2005 80 00	ou os,		30	
09.6696	2009 71	Sumo de maçã com valor Brix não superior a 20	isenção	1 000	100	
09.6697	ex 2009 79	Sumo de maçã com valor Brix superior a 20, excepto dos códigos NC 2009 79 11 e 2009 79 91	isenção	1 000	100	

⁽¹) Não obstante as regras referentes à interpretação da Nomenclatura Combinada, a redacção da designação das mercadorias deve ser considerada meramente indicativa, sendo o regime preferencial, no contexto do presente anexo, determinado pelos códigos NC. Sempre que sejam mencionados códigos ex NC, o regime preferencial deve ser determinado conjuntamente pela aplicação dos códigos NC e da designação correspondente.

determinado conjuntamente pela aplicação dos codigos NC e da designação correspondente.

(2) No caso de existir um direito NMF mínimo, o direito mínimo aplicável é equivalente ao direito NMF mínimo multiplicado pela percentagem indicada nesta coluna.

(3) O contingente referente a este produto está aberto aos seguintes países: República Checa, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Hungria, Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia. Se as importações totais para a Comunidade de animais vivos da espécie bovina excederem 500 000 unidades num determinado ano, a Comunidade poderá adoptar as medidas de gestão necessárias para proteger o seu mercado, sem prejuízo de quaisquer outros direitos conferidos pelo acordo.

O contingente referente a este produto está aberto aos seguintes países: República Checa, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Hungria, Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia.

⁽⁵⁾ Excepto lombinho apresentado isoladamente.

⁽⁶⁾ Sujeito ao regime de preços mínimos de importação incluído no apêndice do presente anexo.

⁽⁷⁾ A redução aplica-se unicamente à parte ad valorem do direito.

⁽⁸⁾ Esta concessão aplica-se apenas a produtos que não beneficiam de restituições à exportação.

Apêndice do Anexo C(b)

Regime de preços mínimos de importação para determinados frutos de bagas destinados a transformação

 São fixados preços mínimos de importação para os seguintes produtos destinados a transformação, originários da Letónia:

Código NC	Designação das mercadorias	Preços mínimos de importação (euros/t líquidos)
ex 0810 10	Morangos, frescos, destinados a transformação	514
ex 0810 30 10	Groselhas de cachos negros, frescas, destinadas a transformação	385
ex 0810 30 30	Groselhas de cachos vermelhas, frescas, destinadas a transformação	233
ex 0811 10 11	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares superior a 13 %, em peso: fruto inteiro	750
ex 0811 10 11	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares superior a 13 %, em peso: outros	576
ex 0811 10 19	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: fruto inteiro	750
ex 0811 10 19	Morangos congelados, adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: outros	576
ex 0811 10 90	Morangos congelados, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: fruto inteiro	750
ex 0811 10 90	Morangos congelados, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	576
ex 0811 20 19	Framboesas congeladas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: fruto inteiro	995
ex 0811 20 19	Framboesas congeladas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, de teor de açúcares não superior a 13 %, em peso: outros	796
ex 0811 20 31	Framboesas congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: fruto inteiro	995
ex 0811 20 31	Framboesas congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	796
ex 0811 20 39	Groselhas de cachos negros congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: sem pedúnculo	628
ex 0811 20 39	Groselhas de cachos negros congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	448
ex 0811 20 51	Groselhas de cachos vermelhos congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: sem pedúnculo	390
ex 0811 20 51	Groselhas de cachos vermelhos congeladas, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes: outros	295

^{2.} Os preços mínimos de importação, definidos no ponto 1, serão respeitados na base da remessa. No caso de o valor da declaração aduaneira ser inferior ao preço mínimo de importação, será cobrado um direito de compensação equivalente à diferença entre o preço mínimo de importação e o valor da declaração aduaneira.

^{3.} Se o preço de importação de um determinado produto abrangido pelo presente anexo revelar uma tendência que indique que os preços poderão descer abaixo do preço mínimo de importação no futuro imediato, a Comissão Europeia informará as autoridades da Letónia, de forma a permitir que estas corrijam a situação.

- 4. A pedido da Comunidade ou da Letónia, o Conselho de Associação analisará o funcionamento do sistema ou a revisão do nível dos preços mínimos de importação. Se tal for necessário, o Conselho de Associação adoptará as decisões adequadas.
- 5. Para incentivar e fomentar o desenvolvimento das trocas comerciais e para benefício mútuo das partes, poderá ser organizada uma reunião de consulta três meses antes de cada campanha de comercialização na Comunidade Europeia. Esta reunião de consulta contará com a presença, por um lado, da Comissão Europeia e das organizações europeias de produtores dos produtos em causa e, por outro lado, das autoridades e das organizações de produtores e de exportadores de todos os países associados exportadores.

Durante esta reunião consultiva, será discutida a situação do mercado das frutas de bagas, nomeadamente as previsões de produção, a situação das existências, a evolução dos preços e as possíveis evoluções do mercado, bem como as possibilidades de adaptação da oferta à procura.

REGULAMENTO (CE) N.º 1363/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1498/98 (²), e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo. (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão J. M. SILVA RODRÍGUEZ Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66. (2) JO L 198 de 15.7.1998, p. 4.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros (¹)	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	85,0
0/02 00 00	064	75,1
	096	30,6
	999	63,6
0707 00 05	052	83,4
07070003	999	83,4
0709 90 70	052	72,7
0/09 90 /0	999	72,7
0805 50 10		
0805 50 10	388	60,8
	524	72,9
	528 999	55,9 63,2
000/ 10 10		
0806 10 10	052	141,2
	220	119,5
	508	86,5
	512	89,8
	600	144,5
	624 999	234,7
000010000100001000		136,0
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	388	88,8
	400	106,8
	404	94,8
	508	77,7
	512	92,0
	524	62,5
	528	70,5
	720	143,5
	800 804	99,9 99,7
	999	93,6
0000 20 50		
0808 20 50	388	87,0
	512	86,5
	528	70,2
	804 999	114,1
0000 10 00		89,5
0809 10 00	052	142,5
	064	171,1
0000.00	999	156,8
0809 20 95	052	391,5
	400	263,4
	404	251,5
	616	281,4
0000 20 10 0000 20 00	999	296,9
0809 30 10, 0809 30 90	052	126,0
	064	88,7
	999	107,3
0809 40 05	064	62,6
	624	157,7
	999	110,1

⁽¹) Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 1364/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

relativo à suspensão da pesca do arenque pelos navios arvorando pavilhão da Dinamarca

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2847/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993, que institui um regime de controlo aplicável à política comum das pescas (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2846/98 (2), e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 21.º,

Considerando o seguinte:

- O Regulamento (CE) n.º 2555/2001 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2001, que fixa, para 2002, em relação a determinadas unidades populacionais de peixes ou grupos de unidades populacionais de peixes, as possibilidades de pesca e as respectivas condições aplicáveis nas águas comunitárias e, para os navios comunitários, nas águas em que são necessárias limitações das capturas (3), estabelece quotas de arenque para 2002.
- (2) Para assegurar o respeito das disposições relativas às limitações quantitativas das capturas de uma unidade populacional submetida a quota, é necessário que a Comissão fixe a data em que se considera que as capturas efectuadas por navios arvorando pavilhão de um Estado-Membro esgotaram a quota atribuída.
- De acordo com as informações comunicadas à Comissão, (3) as capturas de arenque nas águas da zona CIEM I, II (águas norueguesas), efectuadas por navios arvorando

pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, atingiram a quota atribuída para 2002. A Dinamarca proibiu a pesca desta unidade populacional a partir de 3 de Julho de 2002. É, por conseguinte, conveniente reter essa data,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Considera-se que as capturas de arenque nas águas da zona CIEM I, II (águas norueguesas), efectuadas pelos navios arvorando pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, esgotaram a quota atribuída à Dinamarca para 2002.

É proibida a pesca do arenque nas águas da zona CIEM I, II (águas norueguesas) por navios arvorando pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, assim como a manutenção a bordo, o transbordo e o desembarque desta unidade populacional capturada pelos referidos navios após a data de aplicação do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

É aplicável com efeitos desde 3 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão Franz FISCHLER Membro da Comissão

JO L 261 de 20.10.1993, p. 1.

⁽²⁾ JO L 358 de 31.12.1998, p. 5. (3) JO L 347 de 31.12.2001, p. 1.

REGULAMENTO (CE) N.º 1365/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 21/2002 no respeitante à estimativa de abastecimento dos departamentos franceses ultramarinos no sector dos cereais

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1452/2001 do Conselho, de 28 de Junho de 2001, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos departamentos franceses ultramarinos, que altera a Directiva 72/462/CEE e revoga os Regulamentos (CEE) n.º 525/77 e (CEE) n.º 3763/91 (Poseidom) (1), e, nomeadamente, o n.º 6 do seu artigo 3.°,

Considerando o seguinte:

- O Regulamento (CE) n.º 21/2002 da Comissão, de 28 de Dezembro de 2001, relativo ao estabelecimento e à fixação das ajudas comunitárias para as regiões ultra periféricas em conformidade com os Regulamentos (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001 e (CE) 1454/2001 do Conselho (2), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1291/2002 (3), estabelece, na parte 1 do seu anexo I, a estimativa de abastecimento e a ajuda comunitária relativas aos cereais e produtos cerealíferos para os departamentos franceses ultramarinos, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1452/2001.
- No respeitante ao trigo mole, a estimativa de abastecimento prevê uma quantidade anual de 40 000 toneladas para a Guadalupe e de 2 000 toneladas para a Martinica. O estado actual de execução do regime específico de abastecimento revela que as quantidades fixadas para a Martinica são inferiores às necessidades dessa região. Por outro lado, as quantidades fixadas para a Guadalupe

- parecem ser actualmente suficientes para assegurar a satisfação das necessidades regionais.
- Por carta de 13 de Junho de 2002, as autoridades francesas apresentaram um pedido de transferência de 10 000 toneladas da estimativa relativa à Guadalupe para a da Martinica, a fim de satisfazer as necessidades de abastecimento justificadas desta última ilha.
- É, por conseguinte, conveniente, no respeitante ao abas-(4) tecimento em trigo mole, alterar a repartição das quantidades fixadas para as duas ilhas, no âmbito da estimativa de abastecimento inicialmente adoptada, e permitir a transferência solicitada.
- É, por conseguinte, conveniente alterar o Regulamento (5) (CE) n.º 21/2002.
- As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo I, parte I, do Regulamento (CE) n.º 21/2002 é alterado em conformidade com o texto do anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão Franz FISCHLER Membro da Comissão

JO L 198 de 21.7.2001, p. 11.

⁽²⁾ JO L 8 de 11.1.2002, p. 15. (3) JO L 188 de 17.7.2002, p. 3.

ANEXO

«Parte 1

Cereais e produtos cerealíferos destinados à alimentação animal e humana; oleaginosas, proteaginosas, forragens secas

Estimativa de abastecimento e ajuda comunitária para o abastecimento em produtos comunitários por ano civil

Designação das mercadorias	Código NC	Departam	iento	Quantidades (toneladas)	Ajuda (euros/tonelada)
Trigo mole	1001 90	Guadalupe		30 000	42
		Guiana		100	52
		Martinica		12 000	42
		Reunião		33 000	48
			Total	75 100	
Cevada	1003 00	Guadalupe		200	42
		Guiana		200	52
		Martinica		2 000	42
		Reunião		20 000	48
			Total	22 400	
Milho	1005 90	Guadalupe		14 000	42
		Guiana		1 500	52
		Martinica		18 000	42
		Reunião		110 000	48
			Total	143 500	
Grumos e sêmolas de trigo	1103 11	Martinica		700	42
duro			Total	700	
Malte	1107 10	Reunião		3 000	48
			Total	3 000	
Aveia	1004 00			0	42
Produtos destinados à	2309 90 31	Guiana		2 500	52
alimentação de animais	2309 90 41 2309 90 51		Total	2 500	
Produtos destinados à	2309 90 33	Guiana		3	52
alimentação de animais	2309 90 43 2309 90 53		Total	3	

Os produtos incluídos na presente parte são permutáveis entre si a 100 %, no interior do mesmo departamento»

REGULAMENTO (CE) N.º 1366/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 1557/2001, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho, de 17 de Abril de 2000, relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum (¹) e, nomeadamente, o seu artigo 9.º,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CE) nº 1557/2001 da Comissão (²) prevê um convite à apresentação de propostas, para assegurar que seja dada a mais ampla publicidade às possibilidades de subvenção proporcionadas pelo Regulamento (CE) n.º 814/2000 e que sejam seleccionadas as melhores acções. Esse convite deve ser publicado o mais tardar em 31 de Julho de cada ano. Por motivos de boa gestão administrativa é conveniente adiar essa data por três meses.

- (2) É, pois, conveniente, alterar o Regulamento (CE) n.º 1557/2001.
- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité FEOGA,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

No artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1557/2001 a data de 31 de Julho é substituída pela data de 31 de Outubro.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão Franz FISCHLER Membro da Comissão

⁽¹) JO L 100 de 20.4.2000, p. 7. (²) JO L 205 de 31.7.2001, p. 25.

REGULAMENTO (CE) N.º 1367/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que abre, em Portugal, a destilação de crise prevista no artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/ | 1999 do Conselho

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1493/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2585/2001 (²), e, nomeadamente, os seus artigos 30.º e 33.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999 prevê a possibilidade de abrir uma destilação de crise em caso de perturbação excepcional do mercado provocada pela existência de importantes excedentes. Esta medida pode ser limitada a determinadas categorias de vinho e/ou a determinadas zonas de produção e pode ser aplicada aos vaprd a pedido do Estado-Membro.
- (2) Por carta datada de 7 de Junho de 2002, o governo português solicitou a abertura da destilação de crise em Portugal respeitante a um volume de 0,250 milhões de hectolitros de vinho, essencialmente vqprd produzidos no seu território (vinho verde produzido na região do Minho), bem como uma parte dos vinhos de mesa que não puderam ser aceites aquando da destilação prevista no artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999.
- (3) A produção vinícola de Portugal foi de 3,7 milhões de hectolitros em 1998/1999 e 7,8 milhões de hectolitros em 1999/2000. Em 2000/2001 a produção foi de 6,6 milhões de hectolitros e as últimas estimativas para a campanha em curso indicam uma produção de vinho de mesa de 7,6 milhões de hectolitros.
- (4) As existências de vinhos em Portugal eram de 7,3 milhões de hectolitros em 1999/2000 e 9,1 milhões de hectolitros em 2000/2001, o que traduz um aumento significativo de 25 % em relação à campanha precedente. No respeitante à campanha em curso, de acordo com as previsões de Portugal, as existências atingirão 10,2 milhões de hectolitros, o que corresponde a um novo aumento de 12 % em relação à campanha de 2000//2001.
- (5) Por consequência, Portugal dispõe actualmente de cerca de 2,1 milhões de hectolitros de vinho em excesso relativamente à campanha de 2000/2001. Nem o volume aceite para destilação voluntária em 2001/2002 (695 224 hl) nem as restantes medidas de intervenção, tais como a armazenagem privada de vinhos (486 000 hl), tiveram consequências positivas no mercado vinícola em Portugal suficientes para reduzir o excesso de existências. De acordo com as autoridades portuguesas, os excedentes significativos de vinhos

tiveram uma influência negativa nos preços, nomeadamente do Vinho Verde, que baixaram cerca de 40 %. As estimativas de produção para a próxima colheita fazem prever níveis elevados idênticos aos da campanha em curso.

- (6) Apesar do aumento considerável das intervenções na campanha em curso, bem como da destilação de crise lançada na campanha precedente para um volume de 0,450 milhões de hectolitros e subscrita para um volume de 0,580 milhões de hectolitros, as disponibilidades da campanha exibiram um aumento superior a 11 % em relação à campanha precedente e superior a 15 % em relação à campanha de 1999/2000.
- (7) A produção, nomeadamente de vinho verde na região do Minho, aumentou fortemente em relação às campanhas anteriores, tendo o consumo, por sua parte, registado uma quebra. De acordo com os dados fornecidos pelas autoridades portuguesas, as disponibilidades aumentaram 25 % na última campanha. As características específicas do vinho em causa determinam um período de armazenagem bastante limitado e um título alcoométrico reduzido.
- (8) As medidas de destilação de crise decididas na campanha de 2000/2001 tiveram uma influência positiva nos preços, estabilizando-os durante algum tempo, mas revelaram-se insuficientes devido ao aumento considerável das existências no mercado, que impedem o saneamento do mesmo.
- (9) De modo a inverter a referida tendência negativa dos preços e das vendas, torna-se, pois, necessário reduzir as existências de vinhos de mesa e vqprd a um nível considerado normal para cobrir as necessidades do mercado e suprir, desta forma, a situação difícil do mesmo. Devido à evolução das existências nas três últimas campanhas, é necessário reduzir as mesmas a um nível razoável que reflicta as necessidades para a cobertura das utilizações normais.
- (10) Atendendo a que as condições referidas no n.º 5 do artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999 permanecem preenchidas, importa prever a abertura de uma destilação de crise para um volume máximo de 0,250 milhões de hectolitros de vqprd e vinhos de mesa, de forma a reduzir as respectivas existências para um nível aceitável. A medida é aberta por um período limitado, a fim de maximizar a sua eficácia. Não é adequado fixar um limite máximo que cada produtor pode fazer destilar porque as existências podem variar sensivelmente de produtor para produtor e dependem mais dos resultados das vendas do que da produção anual de cada produtor.

⁽¹⁾ JO L 179 de 14.7.1999, p. 1. (2) JO L 345 de 29.12.2001, p. 10.

(11) O mecanismo a prever é o mecanismo estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1623/2000 da Comissão, de 25 de Julho de 2000, que fixa, no respeitante aos mecanismos de mercado, as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1493/1999 que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1315/2002 (²). Além dos artigos deste regulamento que fazem referência à medida de destilação prevista no artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999, outras disposições do Regulamento (CE) n.º 1623/2000 são de aplicação, nomeadamente as disposições em matéria de entrega do álcool ao organismo de intervenção e as relativas ao pagamento de um adiantamento.

PT

- (12) É necessário fixar o preço de compra a pagar pelo destilador ao produtor a um nível que permita suprir os problemas, permitindo que os produtores beneficiem da possibilidade oferecida por esta medida. De forma a reflectir os esforços qualitativos solicitados aos produtores de vqprd, é oportuno fixar este preço de compra a um nível ligeiramente superior. Em contrapartida, não é oportuno fixá-lo a um nível que prejudique a aplicação da medida de destilação do artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999.
- (13) O produto proveniente da destilação de crise só pode ser um álcool em bruto ou neutro a entregar obrigatoriamente ao organismo de intervenção a fim de evitar a perturbação do mercado de álcool de boca alimentado, em primeiro lugar, pela destilação do artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999.
- (14) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Vinho,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A destilação de crise, referida do artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999, é aberta, em Portugal, para uma quantidade máxima de 250 000 de hectolitros de vqprd e vinhos de mesa, dos quais, no máximo, 200 000 de hectolitros de vqprd, essencialmente vinho verde produzido na região do Minho.

Artigo 2.º

Além das disposições do Regulamento (CE) n.º 1623/2000 que fazem referência ao artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1493/1999, as disposições seguintes do Regulamento (CE) n.º 1623/2000 são igualmente de aplicação para a referida medida no presente regulamento:

- as disposições do n.º 5 do artigo 62.º para o pagamento do preço pelo organismo de intervenção referido no n.º 2 do artigo 6.º,
- as disposições dos artigos 66.º e 67.º no que diz respeito ao adiantamento referido no n.º 2 do artigo 6.º

Artigo 3.º

Cada produtor poderá subscrever um contrato referido no artigo 65.º do Regulamento (CE) n.º 1623/2000 a partir de 29

de Julho a 14 de Agosto de 2002. O contrato é acompanhado da prova da constituição de uma garantia igual a 5 euros por hectolitro. Estes contratos não podem ser transferidos.

Artigo 4.º

- 1. O Estado-Membro determinará a taxa de redução a aplicar aos contratos mencionados, caso o volume global dos contratos apresentados exceda o volume estabelecido no artigo 1.º
- 2. O Estado-Membro tomará as disposições administrativas necessárias para aprovar, o mais tardar, em 15 de Setembro de 2002, os contratos mencionados com a indicação da taxa de redução aplicada e o volume de vinho aceite por contrato, bem como a possibilidade para o produtor de rescindir o contrato em caso de redução. O Estado-Membro comunicará à Comissão, até 30 de Setembro de 2002, os volumes dos vinhos que constam dos contratos aprovados.
- 3. As entregas dos vinhos na destilaria deverão ser feitas, o mais tardar, em 30 de Novembro de 2002. O álcool produzido deverá ser entregue ao organismo de intervenção, o mais tardar, em 31 de Janeiro de 2003.
- 4. A garantia é liberada proporcionalmente às quantidades entregues quando o produtor faz prova da entrega na destilaria.
- 5. Se nenhuma entrega for efectuada nos prazos previstos a garantia será executada.
- 6. O Estado-Membro pode limitar o número de contratos que um produtor pode subscrever para a operação de destilação em causa.

Artigo 5.º

O preço mínimo de compra do vinho entregue para destilação, a título do presente regulamento, é igual a:

- 1,914 euros por % vol e por hectolitro, para o vinho de mesa, e
- 2,300 euros por % vol e por hectolitro, para o vqprd.

Artigo 6.º

- 1. O destilador entregará ao organismo de intervenção o produto proveniente da destilação. Este produto terá um título alcoométrico mínimo de 92 % vol.
- 2. O preço a pagar ao destilador pelo organismo de intervenção para o álcool em bruto entregue será de:
- 2,2812 euros por % vol e por hectolitro, se for proveniente da destilação de vinho de mesa, e
- 2,667 euros por % vol e por hectolitro, se for proveniente da destilação de vqprd.
- O destilador poderá receber um adiantamento sobre este montante de:
- 1,1222 euros por % vol e por hectolitro, no caso da destilação de vinho de mesa, e
- 1,508 euros por % vol e por hectolitro, no caso da destilação de vqprd.

Neste caso, o preço efectivamente pago é deduzido do montante do adiantamento.

⁽¹⁾ JO L 194 de 31.7.2000, p. 45. (2) JO L 192 de 20.7.2002, p. 24.

Artigo 7.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

É aplicável a partir de 29 de Julho de 2002.

PT

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão Franz FISCHLER Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) N.º 1368/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 174/1999 que estabelece as normas especiais de execução do Regulamento (CEE) n.º 804/68 do Conselho no que respeita aos certificados de exportação e às restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (2), e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 26.º e o n.º 14 do seu artigo 31.º,

Considerando o seguinte:

- O Regulamento (CE) n.º 174/1999 da Comissão (3), com (1)a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1166/2002 (4), estabelece as normas especiais de execução do Regulamento (CEE) n.º 804/68 do Conselho (5), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1587/96 (6), no que respeita aos certificados de exportação e às restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos. A fim de assegurar a boa gestão do regime das restituições à exportação e de reduzir o risco de pedidos especulativos e de perturbações do regime para certos produtos lácteos, torna-se necessário derrogar ao n.º 3 do artigo 35.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000 da Comissão, de 9 de Junho de 2000, que estabelece normas comuns de execução do regime de certificados de importação, de exportação e de prefixação para os produtos agrícolas (7), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2299/2001 (8), que limita a parte da garantia que fica perdida quando o operador devolve o seu certificado antes do termo do período de eficácia deste.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 1151/2002 do Conselho, de 27 de Junho de 2002, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Estónia (9), estabelece concessões sob a forma de contingentes pautais recíprocos que implicam a supressão das restituições comunitárias para certos produtos lácteos. Foram acordadas com a Letónia e a Lituânia concessões semelhantes. Assim, para os três países do Báltico, as restituições para os produtos em causa foram suprimidas,

com efeitos a partir de 4 de Julho de 2002. Para não perturbar as trocas comerciais com esses países e garantir que, para os mesmos, só sejam exportados produtos que não tenham beneficiado das restituições, é conveniente prever, assim que possível, disposições específicas em matéria de emissão de certificados para esses países. É conveniente, para esse efeito, tornar aplicáveis aos países e aos produtos em questão, as disposições aplicáveis à Polónia por força do artigo 20.ºB do Regulamento (CE) n.º 174/1999.

- O artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 174/1999 fixa o (3) prazo de validade dos certificados de exportação. O n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999 da Comissão, de 15 de Abril de 1999, que estabelece regras comuns de execução do regime das restituições à exportação para os produtos agrícolas (10), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1253/2002 (11), determina a taxa da restituição a conceder quando o destino indicado no certificado não tiver sido respeitado. A fim de respeitar as concessões acordadas, é conveniente tomar as medidas necessárias para evitar que certificados emitidos para outros países terceiros sejam utilizados para a exportação para os países beneficiários das concessões e permitir a anulação dos certificados e a liberação das garantias constituídas.
- É, pois, conveniente alterar o Regulamento (CE) n.º 174/ |1999.
- O Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos não (5) emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

- O Regulamento (CE) n.º 174/1999 é alterado do seguinte modo:
- 1. Ao artigo 9.º é aditado o seguinte quarto parágrafo:
 - «Em derrogação ao Regulamento (CE) n.º 1291/2000, o n.º 3 do seu artigo 35.º não se aplica aos certificados emitidos em conformidade com o presente regulamento.».

⁽¹⁰⁾ JO L 102 de 17.4.1999, p. 11. (11) JO L 183 de 12.7.2002, p. 12.

JO L 160 de 26.6.1999, p. 48. (*) JO L 100 de 20.0.1797, p. 48. (*) JO L 79 de 22.3.2002, p. 15. (*) JO L 20 de 27.1.1999, p. 8. (*) JO L 170 de 29.6.2002, p. 51. (*) JO L 148 de 28.6.1968, p. 13.

⁽⁶⁾ JO L 206 de 16.8.1996, p. 21.

^{(&}lt;sup>7</sup>) JO L 152 de 24.6.2000, p. 1. JO L 308 de 27.11.2001, p. 19.

⁽⁹⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 15.

PT

«Artigo 20.ºB

- 1. Os n.ºs 1 a 11 são aplicáveis às exportações de produtos referidos no anexo VIII para os destinos referidos no anexo VIII
- 2. As exportações referidas no n.º 1 estão sujeitas à apresentação, às autoridades competentes dos países terceiros constantes do anexo VIII, de uma cópia autenticada do certificado de exportação emitido em conformidade com o presente artigo, bem como de uma cópia devidamente visada da declaração de exportação respeitante a cada remessa. A exportação não pode ter sido objecto de exportação prévia para outro país terceiro.
- 3. O pedido de certificado e o certificado devem incluir:
- a) Na casa 7, a menção do país de destino;
- Na casa 15, a designação das mercadorias de acordo com a Nomenclatura Combinada;
- Na casa 16, o código da Nomenclatura Combinada, constituído por oito algarismos, de cada produto referido na casa 15, bem como a respectiva quantidade, expressa em quilogramas;
- d) Nas casas 17 e 18, a quantidade total de produtos referidos na casa 16;
- e) Na casa 20, uma das seguintes menções:
 - Exportación en virtud del artículo 20 ter del Reglamento (CE) nº 174/1999
 - Udførsel i overensstemmelse med artikel 20b i forordning (EF) nr. 174/1999
 - Ausfuhr in Übereinstimmung mit Artikel 20b der Verordnung (EG) Nr. 174/1999
 - Εξαγωγή σύμφωνα με το άρθρο 20β του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 174/1999
 - Export in accordance with Article 20b of Regulation (EC) No 174/1999
 - Exportation au titre de l'article 20 ter du règlement (CE) nº 174/1999
 - Esportazione in conformità all'articolo 20 ter del regolamento (CE) n. 174/1999
 - Uitvoer op grond van artikel 20 ter van Verordening (EG) nr. 174/1999
 - Exportação conforme o artigo 20.ºB do Regulamento (CE) n.º 174/1999
 - Asetuksen (EY) N:o 174/1999 20 b artiklan mukainen vienti
 - Export i överensstämmelse med artikel 20b i förordning (EG) nr 174/1999;
- f) Na casa 22, uma das seguintes menções:
 - Sin restitución por exportación
 - Uden eksportrestitution
 - Ohne Ausfuhrerstattung
 - Χωρίς επιστροφή κατά την εξαγωγή

- No export refund
- Sans restitution à l'exportation
- Senza restituzione all'esportazione
- Zonder uitvoerrestitutie
- Sem restituição à exportação
- Ilman vientitukea
- Utan exportbidrag;
- g) O certificado apenas é válido para os produtos e as quantidades supracitados.
- 4. Os certificados emitidos em conformidade com o presente artigo obrigam a exportar para o destino indicado na casa 7.
- 5. Mediante solicitação do interessado, é emitida uma cópia autenticada do certificado imputado.
- 6. A emissão do certificado não fica sujeita à constituição de uma garantia.
- 7. Em derrogação ao artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000, os certificados não são transmissíveis.
- 8. O certificado é válido do dia da sua emissão, na acepção do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000, até 30 de Junho seguinte.
- 9. A autoridade competente do Estado-Membro comunica à Comissão, antes do final de Fevereiro, o número de certificados emitidos no ano precedente, bem como a quantidade dos produtos em causa, discriminada por código da Nomenclatura Combinada.
- 10. Não são aplicáveis as disposições do capítulo I.
- 11. Em derrogação ao n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999, para os certificados utilizados a partir da data de entrada em vigor do presente regulamento para as exportações dos produtos referidos no anexo VIII para os destinos referidos no anexo VIII e que mencionem na casa 7 um destino diferente dos constantes do anexo referido, não é paga qualquer restituição.».
- 3. É inserido, como anexo VIII, o texto do anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

Os certificados para um dos produtos referidos no anexo VIII do Regulamento (CE) n.º 174/1999, emitidos antes da data de entrada em vigor do presente regulamento e cujo prazo de validade expire após 30 de Junho de 2002, e que mencionem na casa 7 um dos destinos constantes do anexo referido, serão, a pedido do interessado, anulados e os montantes das garantias serão liberados proporcionalmente às quantidades não utilizadas.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

ANEXO

«ANEXO VIII

Aplicação do artigo 20.ºB

Produtos	País de destino			
Código da Nomenclatura Combinada Poló	Polónia	Estónia	Letónia	Lituânia
0401		X	X	X
0402		X	X	X
x 0403:				
0403 90 11		X	X	X
0403 90 13		X	X	X
0403 90 19		X	X	X
0403 90 33		X	X	X
0403 90 51		X	X	X
0403 90 59		X	X	X
0404 90		X	X	X
ex 0405:				
0405 10 11	X	X	X	X
0405 10 19	X	X	X	X
0405 10 30	X	X	X	X
0405 10 50	X	X	X	X
0405 10 90	X	X	X	X
0405 20 90	X	X	X	X
0405 90 10	X	X	X	X
0405 90 90	X	X	X	X

X = aplicação do artigo 20.ºB.»

REGULAMENTO (CE) N.º 1369/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

que derroga o n.º 10 do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho no respeitante à prova de chegada ao destino em caso de restituições diferenciadas e que estabelece normas de execução da taxa mais baixa da restituição à exportação de determinados produtos lácteos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (2), e, nomeadamente, o n.º 10, terceiro travessão, do seu artigo 31.º e o n.º 14 do seu artigo 31.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O n.º 10, terceiro travessão, do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 prevê que, no caso de uma restituição diferenciada, a restituição é paga logo que seja produzida prova de que os produtos chegaram ao destino indicado no certificado ou outro destino para o qual tenha sido fixada uma restituição. Podem adoptar-se derrogações a esta norma, sob reserva de determinadas condições que proporcionem garantias equivalentes.
- Caso a restituição à exportação seja diferenciada em (2) função dos destinos, o artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999 da Comissão, de 15 de Abril de 1999, que estabelece regras comuns de execução do regime das restituições à exportação para os produtos agrícolas (3), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1253/2002 (4), prevê, nos seus n.ºs 1 e 2, que será paga, a pedido do exportador, logo que seja produzida a prova de que o produto deixou o território aduaneiro da Comunidade, uma parte da restituição, calculada, nomeadamente, com base na taxa mais baixa da restituição.
- No âmbito de regimes específicos estabelecidos com (3) determinados países terceiros, a taxa da restituição aplicável à exportação de certos produtos lácteos para os países em causa pode ser inferior, por vezes de forma substancial, ao nível da restituição normalmente aplicada. Pode também suceder que não seja fixada qualquer restituição e que a taxa mais baixa da restituição resulte dessa ausência de fixação.
- O Regulamento (CE) n.º 1151/2002 do Conselho, de 27 (4) de Junho de 2002, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Estónia (5),

estabelece concessões na forma de contingentes pautais recíprocos que implicam a supressão das restituições comunitárias para determinados produtos lácteos. Foram acordadas concessões semelhantes com a Letónia e a Lituânia. Por consequência, as restituições para os produtos em causa, no respeitante aos três países bálticos, foram suprimidas com efeitos desde 4 de Julho de 2002.

- A supressão das restituições determina uma diferenciação das restituições para determinados produtos lácteos. De modo a evitar a obrigação de apresentar a prova de chegada ao destino para beneficiar da restituição em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1255/1999, as autoridades dos países a favor dos quais foram efectuadas concessões comprometeram-se a velar por que apenas as expedições de produtos comunitários que não tenham beneficiado de restituições sejam admitidas para importação por esses países. Para tal, as disposições aplicáveis à Polónia nos termos do artigo 20.ºB do Regulamento (CE) n.º 174/1999 da Comissão (6), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1368/2002 (7), foram alargadas aos países e aos produtos em causa. Importa, pois, derrogar o n.º 10 do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999.
- O Regulamento (CE) n.º 174/1999 prevê, no seu artigo 20.ºB, a obrigação de, aquando da importação de produtos incluídos no anexo VIII do Regulamento (CE) n.º 174/1999 para os destinos referidos no mesmo anexo, o operador apresentar às autoridades competentes uma cópia autenticada do certificado de exportação e da declaração de exportação correspondente. O certificado de exportação inclui indicações específicas que garantem que os produtos em causa não beneficiaram de restituição à exportação. As autoridades dos países terceiros em causa comprometeram-se a verificar o respeito das disposições do artigo 20.ºB do Regulamento (CE) n.º 174/1999.
- Importa, por conseguinte, ter em conta o referido regime específico aquando da aplicação do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 e do Regulamento (CE) n.º 800/1999, de modo a não fazer suportar aos exportadores, nas suas trocas comerciais com países terceiros, encargos financeiros desnecessários. Para tal, na determinação da taxa mais baixa da restituição, não devem ser tidas em conta as taxas fixadas nas condições e para o destino específicos em causa.

⁽¹) JO L 160 de 26.6.1999, p. 48. (²) JO L 79 de 22.3.2002, p. 15.

⁽³⁾ JO L 102 de 17.4.1999, p. 11. (4) JO L 183 de 12.7.2002, p. 12.

⁽⁵⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 15.

JO L 20 de 27.1.1999, p. 8.

⁽⁷⁾ Ver página 33 do presente Jornal Oficial.

(8) Por motivos de clareza, importa também revogar o Regulamento (CE) n.º 2886/2000 da Comissão, de 27 de Dezembro de 2000, que derroga o n.º 10 do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos, no que respeita à prova de chegada ao destino em caso de restituições diferenciadas, e estabelece as normas de execução da taxa mais reduzida da restituição à exportação de determinados produtos lácteos (¹), que prevê disposições semelhantes para a exportação de determinados produtos para a Polónia. Importa incorporar as disposições do referido regulamento no presente regulamento.

PT

(9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Em derrogação do n.º 10, terceiro travessão, do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999, não é exigida prova de

chegada ao destino para os produtos referidos no anexo VIII do Regulamento (CE) n.º 174/1999.

Artigo 2.º

A não fixação de uma restituição para os produtos referidos no anexo VIII do Regulamento (CE) n.º 174/1999 não é tomada em conta para a determinação da taxa mas baixa da restituição na acepção do n.º 2, primeiro parágrafo, do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 800/1999.

Artigo 3.º

É revogado o Regulamento (CE) n.º 2886/2000.

Artigo 4.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

É aplicável aos certificados solicitados a partir de 4 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

que fixa os preços mínimos de venda de manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 102.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97

REGULAMENTO (CE) N.º 1370/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo à organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (2) e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2571/97 da Comissão, de 15 de Dezembro de 1997, relativo à venda a preço reduzido de manteiga e à concessão de uma ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada destinadas ao fabrico de produtos de pastelaria, de gelados alimentares e de outros produtos alimentares (3), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 635/2000 (4), os organismos de intervenção procedem, por concurso, à venda de certas quantidades de manteiga que detêm e à concessão de uma ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada. O artigo 18.º do citado regulamento dispõe que, tendo em conta as propostas recebidas para cada concurso especial, é fixado um preço mínimo de venda da manteiga, bem como um montante máximo da ajuda para a nata, a

manteiga e a manteiga concentrada, que podem ser diferenciados segundo o destino, o teor de matéria gorda de manteiga e a via de utilização, ou é decidido não dar seguimento ao concurso. O ou os montantes das garantias de transformação devem ser fixados em conformidade.

(2) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Em relação ao 102.º concurso especial no âmbito do concurso permanente previsto pelo Regulamento (CE) n.º 2571/97, os preços mínimos de venda, o montante máximo das ajudas, bem como os montantes das garantias de transformação, são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

^{(&}lt;sup>2</sup>) JO L 79 de 22.3.2002, p. 15. (³) JO L 350 de 20.12.1997, p. 3. (⁴) JO L 76 de 25.3.2000, p. 9.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 26 de Julho de 2002, que fixa os preços mínimos de venda da manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 102.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97

(EUR/100 kg)

Fórmula		A		В		
	Via de utiliza	ção	Com marcadores	Sem marcadores	Com marcadores	Sem marcadores
Preço	Manteiga	Em natureza	_	_	_	_
mínimo de venda ≥ 82 %	Concentrada	_	_	_	_	
	antia	Em natureza	_	_	_	_
de transf	ormação	Concentrada	_	_	_	_
	Manteiga ≥ 82	. %	85	81	85	81
Montante Manteiga < 82 %		83	79	_	79	
da ajuda Manteiga concentrada Nata		centrada	105	101	105	101
		_	_	36	34	
Manteiga		94	_	94	_	
Garantia de transformação Manteiga concentrada Nata		centrada	116	_	116	_
		_	_	40	_	

REGULAMENTO (CE) N.º 1371/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

que fixa o preço máximo de compra da manteiga para o 55.º concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 2771/1999

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (2), e, nomeadamente, o seu artigo 10.°,

Considerando o seguinte:

O artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 2771/1999 da Comissão, de 16 de Dezembro de 1999, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1255/ |1999 do Conselho no referente a medidas de intervenção no mercado da manteiga e da nata (3), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1614/2001 (4), dispõe que, tendo em conta as propostas recebidas para cada concurso, será fixado um preço máximo de compra em função do preço de intervenção aplicável ou será decidido não dar seguimento ao concurso.

- Atendendo às propostas recebidas, é conveniente fixar o preço máximo de compra no nível referido infra.
- As medidas previstas no presente regulamento estão em (3) conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Para o 55.º concurso efectuado a título do Regulamento (CE) n.º 2771/1999 e cujo prazo de apresentação das propostas terminou em 23 de Julho de 2002, o preço máximo de compra é fixado em 295,38 EUR/100 kg.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

⁽¹⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

^{(&}lt;sup>2</sup>) JO L 79 de 22.3.2002, p. 15. (³) JO L 333 de 24.12.1999, p. 11. (⁴) JO L 214 de 8.8.2001, p. 20.

REGULAMENTO (CE) N.º 1372/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

que fixa o montante máximo de ajuda à manteiga concentrada para o 274.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CEE) n.º 429/90

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo à organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (²), e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

(1) Em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 429/90 da Comissão, de 20 de Fevereiro de 1990, relativo à concessão por concurso de uma ajuda à manteiga concentrada destinada ao consumo directo na Comunidade (³), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 124/1999 (⁴), os organismos de intervenção efectuam um concurso permanente com vista à concessão de uma ajuda à manteiga concentrada; o artigo 6.º do referido regulamento prevê que, atendendo às propostas recebidas para cada concurso especial, seja fixado um montante máximo da ajuda para a manteiga concentrada com teor mínimo de matéria gorda de 96 % ou decidido não dar seguimento ao concurso; o montante da garantia de destino deve ser fixado em conformidade.

- (2) Convém fixar, em função das ofertas recebidas, o montante máximo da ajuda ao nível referido a seguir e determinar em consequência a garantia de destino.
- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Para o 274.º concurso especial no âmbito do concurso permanente previsto pelo Regulamento (CEE) n.º 429/90, o montante máximo da ajuda e o montante da garantia de destino são fixados do seguinte modo:

— montante máximo da ajuda:

105 EUR/100 kg,

— garantia de destino:

116 EUR/100 kg.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

⁽¹) JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

⁽²⁾ JO L 79 de 22.3.2002, p. 15.

⁽³⁾ JO L 45 de 21.2.1990, p. 8. (4) JO L 16 de 21.1.1999, p. 19.

REGULAMENTO (CE) N.º 1373/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que fixa o preço máximo de compra de leite em pó desnatado para o terceiro concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 214/2001

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão (2), e, nomeadamente, o seu artigo 10.°,

Considerando o seguinte:

O artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 214/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1255/ |1999 do Conselho no referente a medidas de intervenção no mercado do leite em pó desnatado (3) dispõe que, tendo em conta as propostas recebidas para cada concurso, seja fixado um preço máximo de compra em função do preço de intervenção aplicável ou seja decidido adjudicar.

- Atendendo às propostas recebidas, é conveniente fixar o preço máximo de compra no nível referido infra.
- As medidas previstas no presente regulamento estão em (3) conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Para o terceiro concurso efectuado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 214/2001 e cujo prazo de apresentação das propostas terminou em 23 de Julho de 2002, o preço máximo de compra é fixado em 198,33 euros/100 kg.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

⁽²⁾ JO L 79 de 22.3.2002, p. 15. (3) JO L 37 de 7.2.2001, p. 100.

REGULAMENTO (CE) N.º 1374/2002 DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002

que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de direitos de importação apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1143/98 relativo à importação de vacas e de novilhas de determinadas raças de montanha

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1143/98 da Comissão, de 2 de Junho de 1998, que estabelece, as normas de execução relativas a um contingente pautal de importação para vacas e novilhas, com exclusão das destinadas ao abate, de certas raças de montanha originárias de determinados países terceiros e altera o Regulamento (CE) n.º 1012/98 (¹), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1096/2001 (²); e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 5.º,

Considerando o seguiente:

- (1) O n.º 2, do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1143/98 prevê que as quantidades reservadas aos importadores ditos tradicionais serão atribuídas proporcionalmente às importações realizadas durante o período compreendido entre 1 de Julho de 1999 e 30 de Junho de 2002.
- (2) No que diz respeito aos operadores referidos no n.º 3 do artigo 2.º do referido regulamento, a repartição das quantidades disponíveis será efectuada proporcionalmente às quantidades pedidas. Dado que as quantidades

pedidas excedem as quantidades disponíveis, é necessário fixar uma percentagem única de redução,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Cada pedido de direito de importação, apresentado em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1143/98, é satisfeito até ao limite das seguintes quantidades:

- a) 39,727 % das quantidades importadas durante o período compreendido entre 1 de Julho de 1999 e 30 de Junho de 2002 no que respeita aos importadores referidos no n.º 1, alínea a), do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1143/98;
- b) 5,384 % das quantidades pedidas pelos operadores referidos no n.º 1, alínea b), do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1143/98.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão J. M. SILVA RODRÍGUEZ Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 159 de 3.6.1998, p. 14. (2) JO L 150 de 6.6.2001, p. 33.

REGULAMENTO (CE) N.º 1375/2002 DA COMISSÃO

de 26 de Julho de 2002

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação apresentados em Julho de 2002 para certos produtos lácteos no âmbito de determinados contingentes pautais abertos pelo Regulamento (CE) n.º 2535/2001

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

PT

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/20002 da Comissão (2),

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2535/2001 da Comissão, de 14 de Dezembro de 2001, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho no que respeita ao regime de importação do leite e dos produtos lácteos e à abertura de contingentes pautais (3), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1165/2002 (4) e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 16.º

Considerando o seguinte:

Os pedidos apresentados em Julho de 2002 relativamente a certos produtos referidos no anexo I do Regulamento (CE) n.º

2535/2001 incidem em quantidades superiores às disponíveis. Por conseguinte, é conveniente fixar os coeficientes de atribuição para as quantidades pedidas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As quantidades em relação às quais foram pedidos certificados de importação para os produtos dos contingentes referidos no anexo I do Regulamento (CE) n.º 2535/2001, apresentados relativamente ao período compreendido entre 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2002, são afectados pelos coeficientes de atribuição indicados no anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 27 de Julho de

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão J. M. SILVA RODRÍGUEZ Director-Geral da Agricultura

JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

^{(&}lt;sup>2</sup>) JO L 79 de 22.3.2002, p. 15. (³) JO L 341 de 22.12.2001, p. 29. (⁴) JO L 170 de 29.6.2002, p. 49.

ANEXO

Pedidos apresentados para o período decorrente entre 1 de Julho e 31 de Dezembro de 2002

ANEXO I. A

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4590	0,0099
09.4599	0,0087
09.4591	1,0000
09.4592	_
09.4593	1,0000
09.4594	1,0000
09.4595	0,0086
09.4596	0,0172

ANEXO I. B

1. Polónia

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4813	0,0088
09.4814	0,0089
09.4815	0,0098

2. República Checa

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4611	0,0089
09.4612	0,0088
09.4613	1,0000

3. República Eslovaca

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4611	0,0089
09.4612	0,0091
09.4613	1,0000

4. Hungria

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4731	0,0104
09.4733	1,0000

5. Roménia

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4758	0,6564

6. Bulgária

Número de contingente	Coeficiente de atribuição	
09.4660	1,0000	

7. Estónia

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4578	0,0917
09.4546	0,0103
09.4579	_
09.4580	1,0000
09.4547	0,0088
09.4581	0,0109
09.4582	0,0242

8. Letónia

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4549	0,8752
09.4550	_
09.4551	0,0087
09.4552	0,0100

9. Lituânia

Coeficiente de atribuição
1,0000
1,0000
0,0091
0,0096

10. Eslovénia

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4086	1,0000
09.4087	_
09.4088	1,0000

ANEXO I. C

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4026	_
09.4027	_

ANEXO I. D

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4101	1,0000

ANEXO I. E

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4151	1,0000

ANEXO I. F

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4155	1,0000
09.4156	1,0000

ANEXO I. G

Número de contingente	Coeficiente de atribuição
09.4159	_

PT

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO de 26 de Julho de 2002 que institui um Grupo para a Política do Espectro de Radiofrequências

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2002/622/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão n.º 676/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar para a política do espectro de radiofrequências na Comunidade Europeia (¹), (a seguir designada «decisão Espectro») estabelece uma política e um quadro jurídico na Comunidade para a política do espectro de radiofrequências com vista à coordenação das abordagens políticas e, quando adequado, à harmonização das condições respeitantes à disponibilidade e utilização eficiente do espectro de radiofrequências necessário para a criação e funcionamento do mercado interno em domínios da política comunitária como comunicações electrónicas, transportes e investigação e desenvolvimento.
- (2) A decisão Espectro lembra que a Comissão pode organizar consultas para ter em conta as opiniões dos Estados Membros, das instituições comunitárias, das empresas e de todos os utilizadores do espectro de radiofrequências interessados, com ou sem interesses comerciais, bem como de outras partes interessadas na evolução tecnológica regulamentar e do mercado que possa estar ligada à utilização do espectro de radiofrequências.
- (3) Deve ser criado um grupo consultivo denominado «Grupo para a política do espectro de radiofrequências» (a seguir designado «o grupo»). O grupo assistirá e aconselhará a Comissão nas questões ligadas à política do espectro de radiofrequências, como a disponibilidade, harmonização e reserva do espectro, o fornecimento de informações relativas à reserva, disponibilidade e utilização do espectro de radiofrequências, os métodos utilizados na concessão de direitos de utilização do espectro, a reorganização, deslocação, valoração e utilização eficiente do espectro e ainda a protecção da saúde humana.

- (4) O grupo deve contribuir para o desenvolvimento de uma política do espectro de radiofrequências na Comunidade que tenha em conta não só parâmetros técnicos, mas também factores económicos, políticos, culturais, estratégicos, sociais e de saúde, bem como as diversas necessidades, potencialmente em conflito, dos utilizadores do espectro de radiofrequências, tendo em vista um equilíbrio justo, não-discriminatório e proporcionado.
- (5) O grupo deve reunir peritos de alto nível das administrações dos Estados-Membros e um representante de alto nível da Comissão. Poderá ainda incluir observadores e igualmente convidar outras pessoas a participar nas reuniões consoante as circunstâncias, incluindo reguladores, autoridades em matéria de concorrência, participantes no mercado e grupos de utilizadores ou consumidores. Assim, o Grupo deve proporcionar uma cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, de modo a contribuir para o desenvolvimento do mercado interno.
- (6) O grupo, enquanto elemento central na abordagem das questões da política do espectro de radiofrequências no contexto de todas as políticas comunitárias interessadas neste domínio, deve manter estreitas ligações operacionais com grupos ou comités específicos criados para a aplicação de políticas comunitárias sectoriais, como a política dos transportes, do mercado interno dos equipamentos de radiocomunicações, do sector audiovisual, do espaço e das comunicações.
- (7) A decisão Espectro criou um Comité do Espectro de Radiofrequências para assistir a Comissão na elaboração de medidas vinculativas de aplicação respeitantes a condições harmonizadas para a disponibilidade e utilização eficiente do espectro de radiofrequências. Os trabalhos do Grupo não devem interferir com os trabalhos do comité.

(8) Para que os debates sejam frutíferos, cada delegação nacional no grupo deve ter uma perspectiva consolidada e coordenada a nível nacional de todas as políticas que afectam a utilização do espectro de radiofrequências no respectivo Estado-Membro no que se refere não só à política do mercado interno mas também às políticas de ordem e segurança públicas, da protecção civil e da defesa, dado que a utilização do espectro de radiofrequências prevista nessas políticas pode influenciar a organização do espectro no seu todo. Actualmente, diferentes serviços das administrações nacionais têm responsabilidades em diferentes partes do espectro de radiofrequências.

PT

- (9) O grupo procederá a consultas frequentes e prospectivas sobre a evolução tecnológica, do mercado e regulamentar no que respeita à utilização do espectro de radiofrequências com todos os utilizadores do espectro interessados, com ou sem interesses comerciais, bem como com quaisquer outros interessados.
- (10) A utilização do espectro de radiofrequências não pára nas fronteiras, pelo que, atendendo à próxima adesão de novos Estados-Membros, o grupo poderá abrir-se a estes países e aos países que são membros do Espaço Económico Europeu.
- A CEPT (Conferência Europeia das administrações postais e de telecomunicações), que abrange 44 países europeus, deve ser convidada como observador para os trabalhos do Grupo, tendo em conta o impacto das actividades do grupo no espectro de radiofrequências à escala pan-europeia e a competência técnica adquirida pela CEPT e organismos nela filiados na gestão do espectro de radiofrequências. Também se justifica recorrer a esta competência através de mandatos a atribuir nos termos da decisão Espectro, tendo em vista o desenvolvimento de medidas técnicas de aplicação nos domínios da reserva de espectro de radiofrequências e da disponibilidade de informações. Dada a importância da normalização europeia para o desenvolvimento de equipamentos que utilizam o espectro de radiofrequências, afigura-se importante associar a estes trabalhos, como observador, o Instituto Europeu de Normalização das Telecomunicações (ETSI),

DECIDE:

Artigo 1.º

Objecto

É instituído um grupo consultivo para a política do espectro de radiofrequências, denominado Grupo para a política do espectro de radiofrequências (a seguir designado o grupo).

Artigo 2.º

Objectivos

O grupo assistirá e aconselhará a Comissão nas questões ligadas à política do espectro de radiofrequências, na coordenação das abordagens políticas e, quando adequado, nas condições harmo-

nizadas relativas à disponibilidade e utilização eficiente do espectro de radiofrequências necessário para a criação e funcionamento do mercado interno.

Artigo 3.º

Composição

O grupo será constituído por um perito da administração de cada Estado-Membro em alto nível e por um representante de alto nível da Comissão.

A Comissão assegurará as funções de secretariado do Grupo.

Artigo 4.º

Disposições operacionais

A pedido da Comissão ou por sua iniciativa, o grupo adoptará pareceres, a transmitir à Comissão, por consenso ou, na impossibilidade deste, por maioria simples em votação, tendo cada membro direito a um voto, excepto a Comissão, que não votará. As opiniões divergentes acompanharão em anexo os pareceres adoptados. Os observadores podem participar na deliberação, mas não na votação.

O grupo elegerá um presidente de entre os seus membros. A Comissão poderá organizar os trabalhos do grupo em subgrupos e grupos de trabalho de peritos, quando adequado.

A Comissão convocará as reuniões do grupo através do Secretariado, em acordo com o presidente. O grupo adoptará o seu regulamento interno, sob proposta da Comissão, por consenso ou, na ausência de consenso, por maioria de dois terços em votação, tendo cada Estado-Membro direito a um voto, sob reserva de aprovação da Comissão.

O grupo poderá convidar observadores, inclusive dos países do EEE e dos países candidatos à adesão à União Europeia, do Parlamento Europeu, da CEPT e do ETSI, para participarem nas suas reuniões e poderá ouvir peritos e partes interessadas.

Artigo 5.º

Consultas

O grupo consultará frequentemente e desde a fase inicial dos trabalhos os participantes no mercado, consumidores e utilizadores finais, de modo aberto e transparente.

Artigo 6.º

Confidencialidade

Sem prejuízo do disposto no artigo 287.º do Tratado, sempre que a Comissão os informe de que os pareceres pedidos ou as questões levantadas são de natureza confidencial, os membros do grupo, bem como os observadores e quaisquer outras pessoas presentes, ficam obrigados a não divulgar as informações de que tomem conhecimento através dos trabalhos do grupo, seus subgrupos ou grupos de trabalho de peritos. Nestes casos, a Comissão poderá decidir que só os membros do grupo poderão estar presentes nas reuniões.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente decisão entra em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O grupo iniciará funções na data de entrada em vigor da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 26 de Julho de 2002.

Pela Comissão Erkki LIIKANEN Membro da Comissão

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1273/2002 da Comissão, de 12 de Julho de 2002, relativo à emissão de certificados de importação de alhos

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» L 184 de 13 de Julho de 2002)

Na página 14, artigo 2.º: em vez de: «7 de Outubro de 2002», deve ler-se: «14 de Outubro de 2002».

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1274/2002 da Comissão, de 12 de Julho de 2002, relativo à emissão de certificados de importação de alhos

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» L 184 de 13 de Julho de 2002)

Na página 15, artigo 2.º: em vez de: «7 de Outubro de 2002», deve ler-se: «14 de Outubro de 2002».